

A prova cosmológica da existência de deus em René Descartes: o princípio de causalidade como elemento fundamental

The cosmological proof of the existence of God in René Descartes: the principle of causality as a fundamental element

Leticia Luiz Rodrigues¹

Resumo: O princípio de causalidade é elemento essencial para a conclusão de várias provas do sistema cartesiano. Investigaremos a sua importância, analisando sua aplicação em uma das principais provas existenciais apresentadas por René Descartes, a saber, a prova da existência de Deus. Em tese: o princípio de causalidade é fundamental para mostrar não somente que há algo externo ao próprio pensamento, mas que este algo existe enquanto um ser perfeito, onisciente e onipresente, ou seja, Deus, a partir da realidade objetiva que o representa no intelecto.

Palavras-chave: Deus. Causalidade. Existência.

Résumé: Le principe de causalité est essentiel pour la réalisation de diverses preuves du système cartésien. On enquêtera sur son importance et son application dans l'analyse d'une preuve existentielle importante présentée par René Descartes, à savoir la preuve de l'existence de Dieu. En théorie: le principe de causalité est essentiel pour montrer non seulement qu'il y ait quelque chose d'extérieur à la pensée, mais que cette chose existe comme un être parfait, omniscient et omniprésent, c'est Dieu, de la réalité objective qui est dans l'intellect.

Mots-clés: Dieu. Causalité. Existence.

* * *

Introdução

Uma das grandes preocupações do filósofo moderno René Descartes (1596-1650) era justamente provar a existência de Deus. A obra *Meditações metafísicas* é considerada a principal obra do filósofo sobre o tema e nela fica explícita tal preocupação. Das seis meditações presentes na obra, a terceira e a quinta apresentam claramente as provas da existência de Deus: a prova cosmológica, que trata da questão da causalidade e como é possível conhecer Deus a partir da ideia de perfeição; e a prova ontológica, a partir da qual se pretenderia conceber a ideia de Deus antes de qualquer experiência sensível. Este artigo irá tratar somente sobre a prova cosmológica da existência de Deus, visto que o objetivo principal é explicitar a importância do princípio

¹ Graduanda em Filosofia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Orientador: Prof. Me. Weiny César Freitas Pinto. E-mail: leticia.rodrigues@ufms.br

de causalidade como elemento fundamental para a prova da existência de Deus no sistema cartesiano.

Um aspecto de grande relevância na filosofia de Descartes é o método por ele utilizado, o caminho que ele percorre para chegar à conquista de verdades, que constituirão a base para fundamentação do conhecimento. A *Res Cogitans*² cartesiana, ou seja, a coisa pensante é o ponto de partida para todo e qualquer conhecimento. É a partir da conquista da primeira verdade clara e distinta, o *Cogito, ergo sum*³, que Descartes parte para a conquista de novas verdades, da existência do mundo corpóreo e de Deus, numa cadeia lógico-argumentativa que segue seu próprio método e que não mais possa cair sob o crivo da dúvida.

É aqui que o princípio de causalidade se insere como elemento fundamental: para a conquista dessas novas verdades será preciso, sem reservas, pressupor uma causa para suas existências. De nosso interesse específico, nos ocuparemos em responder o seguinte problema: Qual é exatamente a importância do princípio de causalidade que o torna peça fundamental para a prova da existência de Deus em Descartes?

Para a pergunta que é a questão orientadora de toda essa investigação, a hipótese de solução que pretendemos investigar consiste na seguinte resposta: O princípio de causalidade é fundamental para mostrar que há algo externo ao próprio pensamento. É ele que, depois, permitirá provar a existência de Deus, ser perfeito, onisciente e onipresente.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é apresentar uma análise da meditação terceira de Descartes e demonstrar que no que se refere a prova da existência de Deus o princípio de causalidade tem um papel fundamental no sistema cartesiano.

Sendo assim, tomaremos os seguintes procedimentos: Primeiro, enfatizaremos o uso e a importância do princípio de causalidade na meditação terceira e, depois, analisaremos a prova da existência de Deus para, enfim, fundamentarmos e justificarmos a tese de que ela consiste num exemplo de aplicação do princípio de causalidade, destacando a importância desse princípio para o desenvolvimento da argumentação.

² Em Descartes, coisa é sinônimo de substância, de algo que existe por si mesmo. Ex: a “coisa pensante” ou alma (*res cogitans*), a coisa extensa (*res extensa*). Cf. JAPIASSÚ, MARCONDES, 2001, p. 38.

³ A primeira certeza é o ato mesmo de duvidar, que é um ato de pensar. Fica assim estabelecida a existência do pensamento: “Penso, logo existo” (*Cogito, ergo sum*), primeiro objeto do conhecimento verdadeiro. Cf. JAPIASSÚ, MARCONDES, 2001, p. 128.

1. O uso e a importância do princípio de causalidade na meditação terceira

Antes de iniciarmos a investigação a qual esse artigo se propõe, é importante fazer uma breve apresentação sobre essa célebre obra de René Descartes, as *Meditações Metafísicas*. As *Meditações* é uma obra metafísica, que se ocupa do problema de Deus e da Alma e, simultaneamente, dos inícios de toda filosofia primeira, o que já se evidencia no próprio subtítulo: *Nas quais a existência de Deus e a distinção real entre a alma e o corpo são demonstradas*. O texto original foi publicado em latim, com o título: *Meditações sobre a filosofia primeira*, em 1641. Descartes achava esse o título mais adequado para sua obra por tratar não apenas da questão de Deus e da Alma particularmente, mas de forma geral, tratar de todas as coisas das quais podemos conhecer ao fazer filosofia de maneira ordenada.

Segundo Scribano, o principal problema das *Meditações* está voltado para o conhecimento de Deus, pois o próprio Deus deve assegurar a ciência, diz ela:

O problema central das *Meditações* é fornecer a garantia de que a ciência humana é legitimada a falar com verdade do mundo. Para ter essa certeza de que o que parece verdadeiro à mente humana não é apenas aparência, incapaz de descrever a verdade, é necessário saber muito de Deus. (SCRIBANO, 2007, p. 19)

A proposta de Descartes pretende que o conhecimento humano alcance, de forma segura, a essência das coisas e para isso é necessário assegurar a ciência humana através da garantia divina.

Deus é um dos principais problemas das *Meditações*, mas esse artigo visa analisar apenas a meditação terceira da obra, onde fica explícito a necessidade de se provar a existência de Deus de forma cosmológica, tratando a questão da causalidade. Nessa meditação, que tem como subtítulo “*De Deus; que ele existe*”, Descartes inicia a investigação e a demonstração da existência de Deus, utilizando o princípio de causalidade como ferramenta. Mas o que, exatamente, é o princípio de causalidade? O que diz este conceito?

Segundo Japiassú e Marcondes, o princípio de causalidade pode ser entendido como:

Princípio fundamental [...], segundo o qual ‘todo fenômeno possui uma causa’, ‘tudo o que acontece ou começa a ser supõe, antes dele,

algo do qual resulta segundo uma regra' [Kant]. Em outras palavras, princípio segundo o qual se pode explicar todos os fenômenos por objetos que se interagem, que são definidos e reconhecidos por meio de regras operatórias. (JAPIASSÚ, MARCONDES, 2001, p. 34)

A esse respeito, no contexto das *Meditações*, Oliveira afirma que:

O princípio de causalidade estabelece que deve haver uma igualdade mínima entre o efeito e sua causa, igualdade esta que permite, dado o inquérito referente à realidade objetiva das idéias, estabelecer o grau de realidade possível no que diz respeito às causas, ou origem, das idéias. (OLIVEIRA, 2011, f. 40)

Partindo dessa definição, na meditação terceira, Descartes apresenta duas provas para a existência de Deus, as duas partem dos efeitos para encontrar a causa. Na primeira prova, Deus aparece como causa da ideia de Deus e na segunda prova Deus é descoberto como causa da *Res Cogitans*. Neste ponto, pode-se já destacar o uso e a importância do princípio de causalidade nesse contexto.

Ao mesmo tempo em que Descartes esclarece a natureza da ideia de Deus também esclarece a natureza da *Res Cogitans*, utilizando, justamente, o princípio de causalidade para mostrar que existe algo fora do pensamento. É, pois, por meio da aplicação do princípio de causalidade que é possível provar a existência de Deus e consequentemente garantir a verdade a *Res Cogitans*. E é nesse sentido que aparece a importância do princípio de causalidade no sistema cartesiano.

No que se refere especificamente a primeira prova, o emprego do princípio de causalidade permite concluir que Deus existe a partir da ideia de Deus, isto é, dada a pergunta pela causa da ideia de Deus prova-se sua existência.

Portanto, nessa prova, Descartes faz uso do princípio de causalidade para fundamentar a investigação e demonstração da existência de Deus, ou seja, demonstra a existência de Deus pelos seus efeitos: a ideia que eu tenho Dele em mim.

Na meditação terceira, entende-se que a causa deve ser minimamente tão real quanto o efeito, o próprio Descartes afirma:

Agora, é coisa manifesta pela luz natural que deve haver pelo menos tanta realidade na causa eficiente e total quanto em seu efeito; pois, de onde o efeito pode tirar sua realidade senão de sua causa? E como esta causa poderia comunicá-la a ele se não a tivesse em si mesma? E daí resulta não somente que o nada não poderia produzir coisa alguma, mas também que o que é mais perfeito, ou seja, que contém em si mais realidade, não pode ser uma consequência e uma dependência do menos perfeito. (DESCARTES, 2005, p. 65-66)

Note-se que o princípio de causalidade é apresentado aqui como um princípio fundamental, afinal, decorre dele a tese de que ‘do nada não vem nada’, isto é, em última análise, um ente não pode ser produzido por uma causa que tenha menos realidade que ele.

Nesse contexto, a importância da prova da existência de Deus reside no fato de que é ela que confere a verdade a *Res Cogitans*, garantindo a veracidade das ideias claras e distintas concebidas em seu molde. Nesse sentido, Descartes destaca:

E quanto mais longa e cuidadosamente examino todas essas coisas, tanto mais clara e distintamente conheço que são verdadeiras. Mas, enfim, que concluirei de tudo isso? Que, a saber, se a realidade objetiva de alguma de minhas idéias é tal que eu conheça claramente que ela não está em mim nem formal nem eminentemente, e que, por conseguinte, eu mesmo não possa ser a causa, daí se segue, necessariamente, que não estou sozinho no mundo, mas que há ainda alguma outra coisa que existe e que é a causa dessa idéia; ao passo que, se tal idéia não se encontra em mim, não terei nenhum argumento que me possa convencer e me deixar certo da existência de nenhuma outra coisa além de mim mesmo [...]. (DESCARTES, 2005, p. 68-69)

Como se vê, a ideia de Deus é, então, a única que em função de seu conteúdo obriga a reconhecer que sua causa não pode ser a mente, mas que é externa e independente desta: a causa da ideia de Deus é a própria substância infinita, assim, a proposta de investigação de que se existe algo fora de mim pode ser completada com o alcance e o reconhecimento da existência de Deus.

Em outras palavras, a ideia de Deus é aquela que me representa a perfeição absoluta e, portanto, a realidade objetiva⁴ exibida por ela é a mais perfeita entre todas as realidades objetivas de ideias que concebo e nenhuma outra se assemelha a ela.

Feito este inventário das ideias concebidas pela substância pensante, é ele que permitirá provar a existência do ser perfeito, onisciente e onipresente a partir da realidade objetiva que o representa no intelecto.

E, por conseguinte, é preciso necessariamente concluir de tudo o que disse anteriormente que Deus existe; pois, ainda que a idéia da substância esteja em mim, pelo próprio fato de ser eu uma substância, eu não teria, contudo, a idéia de uma substância infinita, eu que sou um ser finito, se ela não tivesse sido posta em mim por alguma substância que fosse verdadeiramente infinita. (DESCARTES, 2005, p. 72)

⁴ Realidade objetiva é o termo escolástico que designa o conteúdo representativo da ideia, isto é, o ser de uma coisa enquanto ele está na ideia.

Já na segunda prova Descartes não busca mais a causa de uma ideia, mas sim a causa de um ente, o primeiro ao qual ele atribui existência, a *Res Cogitans*. Aqui, trata-se de demonstrar a existência de Deus a partir da existência de um ente finito, isto é, o que Descartes busca agora é a causa do finito e não mais da ideia de infinito.

Descartes sustenta que dada a realidade objetiva da ideia de um ser perfeito com propriedades infinitas, é necessário que haja uma causa cuja realidade formal, isto é, cuja essência, envolva essa infinidade de propriedades infinitas.

Nenhuma substância finita pode ter uma infinidade de propriedades infinitas e, conseqüentemente, a substância finita pensante tampouco pode ser a causa da realidade objetiva dessa ideia de infinito. Em outras palavras, como dirá Alquié (1993, p. 87): “Só me conheço como finito porque tenho de alguma maneira em mim a noção do infinito antes do finito, isto é, de Deus antes de mim próprio”.

O que está em questão aqui é a tese de que é pela ideia de Deus que eu obtenho o conhecimento de Deus e, é esta mesma ideia que me fornece a ocasião para examinar se eu existo por mim ou por outrem e, além disso, é ela que me faz conhecer meus defeitos. Enfim, é esta ideia que me faz conceber que há uma causa para o meu ser e que esta causa contém todas as perfeições, ou seja, é o próprio Deus. Sobre isso, Descartes diz:

E pergunto, de quem eu teria minha existência? Talvez de mim mesmo, ou de meus pais, ou então de algumas outras causas menos perfeitas do que Deus; pois não se pode imaginar nada mais perfeito, nem mesmo igual a ele. Ora, se eu fosse independente de qualquer outro e se eu mesmo fosse o autor do meu ser, por certo não duvidaria de coisa alguma, não conceberia mais desejos e, enfim, não me faltaria nenhuma perfeição; pois teria dado a mim todas aquelas de que tenho em mim alguma idéia, e assim eu seria Deus. (DESCARTES, 2005, p. 76)

Ou seja, se a substância pensante fosse causa de si mesma ela tenderia a atribuir a si todas as perfeições das quais possui ideia, visto que a vontade dirige-se para a perfeição e causar acidentes é mais fácil do que causar substância, isto é, se ela fosse causa de si, seria causa de substância e, portanto, causa do máximo, de modo que, por conseqüência, poderia causar todas as perfeições, ou acidentes da substância das quais possui ideia e seria desta forma, Deus. A este respeito, afirma Alquié (1993, p. 87):

O finito não pode ser pensado senão tendo o infinito de fundo; todo o pensamento da finitude se supera em direção a Deus e descobre a ideia de Deus como condição primordial e já presente. Não é o finito como

tal que supõe o infinito: é a consciência do finito, ou, se preferirmos, é a consciência pura e simples, é o *cogito*, é o homem.

Nota-se então que é por meio de uma inspeção das ideias que a *Res Cogitans* possui em sua mente, que Descartes demonstra que todas as ideias podem se originar da ideia de substância que temos na mente, uma vez que, o ser finito pode ser a origem de quase todas as ideias, exceto da ideia de Deus que possui tão grande realidade que não pode ser produzida pela mente finita.

O que é fundamental na prova por efeito da existência de Deus é o apelo que esta prova faz à versão forte do princípio de causalidade segundo o qual a realidade da substância finita não é suficiente para ser a causa da realidade objetiva da ideia de Deus. Isso se dá, conforme explicamos anteriormente, porque se trata de uma substância finita com menor grau de realidade formal do que o grau de realidade objetiva que tem a ideia de Deus. Desse modo, a realidade formal da substância finita não pode comunicar uma realidade infinita à realidade objetiva da ideia de Deus⁵.

Portanto, a ideia de Deus constitui uma ideia cuja realidade objetiva apresenta uma substância infinita, que, devido ao princípio de causalidade, não pode ter sido produzida pela *Res Cogitans* em função de sua finitude. Uma realidade objetiva não é capaz de explicar outra realidade objetiva porque isso levaria a um regresso ao infinito. Conclui-se daí que somente uma realidade formal diferente da *Res Cogitans*, pode ter produzido esta ideia e, necessariamente, ela tem que ser uma substância infinita, ou seja, Deus.

2. A prova da existência de Deus e o princípio de causalidade

A ideia de Deus é a ideia de um ser perfeito, que em sua realidade objetiva exhibe um ser infinito. O fato da realidade objetiva da ideia de Deus exhibir um ser infinito é fundamental para a prova da existência de Deus, porque é justamente partindo da ideia de infinito que podemos nos conhecer como finito.

⁵ Descartes estabelece uma importante distinção entre realidade formal e realidade objetiva das ideias. Enquanto as ideias são tomadas apenas como formas de pensar, estamos considerando apenas sua realidade formal, que é ser certo ato de pensamento; e, neste sentido, não há nenhuma diferença entre elas. Mas enquanto as ideias são tomadas como apresentando um conteúdo, estamos considerando sua realidade objetiva; e é forçoso notar que se distinguem umas das outras, pois apresentam conteúdos distintos.

A prova da existência de Deus consiste, portanto, num exemplo de aplicação do princípio de causalidade. Nesse sentido, segundo Oliveira:

O princípio de causalidade é utilizado na primeira prova como instrumento capaz de provar, a partir da realidade objetiva da ideia de Deus, a existência atual de Deus. O que está em questão neste momento da *Terceira Meditação* é exatamente o que explica que *eu*, substância pensante, tenha a ideia de um ser perfeito. Assumidas todas as discussões das preliminares e dos passos envolvidos na prova, pode-se aplicar o princípio de causalidade às realidades objetivas das ideias que penso a fim de saber se há algo correspondente a alguma dentre elas que existe fora de mim. Aplicado o princípio, apenas uma das ideias tem um conteúdo que se impõe como maior e mais perfeito que a realidade da própria substância pensante e que por ela não pode ser causado: donde é forçoso concluir que sua causa é uma realidade formal diferente de mim e que tem tanta perfeição atual quanto a ideia de Deus possui objetivamente. (OLIVEIRA, 2011, f. 53)

Pode-se notar aqui que, se existe na mente um conteúdo cujo grau de realidade seja infinito, esse só pode ser explicado por algo que seja, em si mesmo, atualmente infinito, ou seja, não pode ser algo com menor grau de realidade.

Mas, como é possível que uma substância finita conceba a ideia de um ser infinito? A fim de responder a esta questão, Descartes argumenta que a ideia de Deus é inata e foi colocada em nossa mente pelo próprio Deus, que é a causa de sua própria ideia. Como se pode notar, a formulação do princípio de causalidade utilizada aqui é a mais geral, pois apenas estabelece que um efeito não pode ser menos real que a sua causa. Mas essa questão remete-nos a uma questão anterior que é saber se posso ou não ser causa dessa ideia. Afinal, se a mente pode ser causa de todas as outras ideias que concebe, por que não poderia também ser causa da ideia de Deus? A resposta encontra-se no fato de que somente o ser perfeito existente pode ser causa da ideia que o representa.

Neste ponto, a tese principal é que seria impossível conceber a ideia de finitude se eu não tivesse antes disso a noção do infinito. Rocha explica que:

Admitindo ainda como Descartes, a distinção entre conhecer e compreender, parece que podemos afirmar que a substância finita conhece que Deus tem infinitas propriedades infinitas embora não necessariamente as compreenda”. (ROCHA, 2000, f. 12)

Desse modo, a substância finita pode pelo entendimento conhecer a infinitude de Deus, isto é, pode conceber o infinito, porém não pode compreender o infinito visto que

não pode envolver pelo pensamento uma infinidade de coisas, dada a sua finitude.

Descartes diz:

E isto não deixa de ser verdadeiro, ainda que eu não compreenda o infinito, ou mesmo que se encontre em Deus uma infinidade de coisas que eu não possa compreender, nem talvez atingir de modo algum pelo pensamento; pois é da natureza do infinito que minha natureza, que é finita e limitada, não o possa compreender; e basta que eu conceba isso e que julgue que todas as coisas que concebo claramente, e nas quais sei que há alguma perfeição, e talvez também uma infinidade de outras que ignoro, estão em Deus formal ou eminentemente, para que a ideia que eu tenho dele seja a mais verdadeira, a mais clara e a mais distinta de todas as que estão em meu espírito. (DESCARTES, 2005, p. 73)

Como se vê, para Descartes, é possível conhecer a infinidade de Deus porque tocamos nela com o pensamento puro, concebemos suas propriedades, mas não é possível compreender essa infinidade.

Se pudéssemos compreender o infinito, esse caberia em nosso intelecto e, portanto, deixaria de ser infinito. Reconhecer que não podemos compreender o infinito é o mais perfeito conhecimento da ideia de infinito que podemos alcançar. Em outras palavras, reconhecer que Deus existe é precisamente reconhecer nossa incapacidade de compreendê-lo.

Além disso, Descartes afirma que o conceito de infinito é aplicado exclusivamente a Deus e que tudo aquilo que não encontramos limite algum é indefinido.

Seja como for, o fato é que a ideia de uma substância infinita traz mais realidade objetiva que a ideia de uma substância finita. Essa distinção nos conteúdos das ideias leva Descartes a exigir uma razão para isto, ou seja, leva-o a buscar a causa dessa diferenciação que ocorre no interior do pensamento. O fato do grau de realidade objetiva da ideia de Deus ser infinito exige como causa uma realidade existente em ato que também seja infinita.

O problema percebido por Descartes encontra-se, então, na questão de como o infinito chega ao finito. Ora, como pode um entendimento finito pensar algo infinito? Descartes responde justamente por meio do princípio de causalidade. A razão finita não pode ela mesma produzir o pensamento do infinito. Este precisa ser “causado” pelo próprio Deus.

Assim, é necessário que a ideia de um ser perfeito e infinito tenha uma causa e é evidente que essa causa não pode ser a própria *Res Cogitans*, uma vez que ela é imperfeita e finita. Sendo assim, Descartes defende que somente um ser perfeito pode ser a causa da ideia de perfeição.

Portanto, segundo Descartes, Deus existe indubitavelmente, e essa certeza é comprovada pela imperfeição da *Res Cogitans* e pela ideia de perfeição que ela possui. Em tese: é impossível que a ideia de Deus não tenha o próprio Deus como sua causa. Isto é, a causa do efeito é o próprio Deus, que é perfeito, infinito e que existe. De acordo com Scribano:

É porque tenho conhecimento do infinitamente perfeito que posso ter conhecimento da minha natureza finita. Não se trata de remontar do finito ao infinito, como ocorria em todas as ideologias que identificavam na natureza humana um vestígio da origem divina, mas de entender o finito graças ao conhecimento do infinito inscrito na mente finita. A análise da idéia de Deus, de um lado, confirma a precedência do conhecimento claro e distinto do infinito sobre o finito, e, do outro, encontra a idéia da absoluta perfeição por análise da natureza infinita. (SCRIBANO, 2007, p. 105)

Entre outras razões, é por isso que na meditação terceira, analisando a ideia de Deus, Descartes insiste na seguinte tese: a finitude só é evidente se for comparada com a infinitude, sendo que, se me conheço como finito é porque me comparo às perfeições de que tenho ideia, mas não as possuo.⁶

Descartes reconhece, portanto, que a ideia de Deus é anterior a todas as outras. Mas como isso é possível sendo o *Cogito, ergo Sum* a primeira verdade clara e distinta? O *Cogito, ergo sum* é a primeira certeza descoberta porque o reconhecimento da existência do ser perfeito só é possível a partir do momento em que eu me percebo como *Res Cogitans*, pois, em última análise, eu não poderia reconhecer a existência de Deus, sem reconhecer primeiro a minha própria existência. Todavia, isso não significa que Deus só exista depois da *Res Cogitans*, Deus é anterior, uma vez que ele é um ser perfeito e infinito.

A substância infinita representa um papel muito importante na filosofia cartesiana. Apesar de Deus não ser a primeira certeza descoberta por Descartes nas *Meditações*, a ligação da *Res Cogitans* com a *Res Extensa*⁷ só é possível através da existência de Deus. A infinita bondade de Deus é o que, em última análise, permite a

⁶ Cf. DESCARTES, 2005, p. 72.

⁷ Coisa Extensa.

Res Cogitans ser uma intuição verdadeira e permite também a veracidade da ideia de extensão e sua correspondência com o mundo material. Sobre este aspecto, Alquié afirma:

Negar Deus é pretender que o ser infinito não é infinito, que ao ser que possui todas as perfeições falta uma. Em contrapartida, afirmar Deus é, para o pensamento não apenas atingir o Ser, mas também fundamentar a validade de todas as suas idéias, a necessidade da própria estrutura interna. (ALQUIÉ, 1993, p. 91)

Nesse sentido, embora o conhecimento dependa inicialmente das percepções mentais, deve-se dizer que essas percepções só podem ser confiáveis se forem garantidas por Deus. Aqui, o papel exercido por Deus é o de legitimar tanto o conhecimento da *Res Cogitans*, que é a primeira ideia clara e distinta, quanto das demais ideias claras e distintas. A *Res Cogitans* tem uma grande importância no sistema cartesiano, porém, ela sozinha não consegue fornecer a garantia do conhecimento, nem do pensamento e nem do mundo corpóreo, por isso a existência de todas essas coisas só é, finalmente, assegurada quando se tem provada a existência de Deus. Descartes é claro neste ponto ao afirmar categoricamente que:

[...] Quando faço reflexão sobre mim, não somente conheço que sou uma coisa imperfeita, incompleta e dependente de outrem, que tende e aspira incessantemente a algo melhor e maior do que sou, mas que conheço também, ao mesmo tempo, que aquele de quem dependo possui em si todas essas grandes coisas a que aspiro, e cujas idéias encontro em mim, não indefinidamente e apenas em potência, mas que ele as usufrui de fato, atual e infinitamente, e, assim, que é Deus [...]. (DESCARTES, 2005, p. 81)

Em suma, para Descartes tudo o que conhecemos tem que ter uma causa ou vir de alguma coisa; a ideia aqui é: se somos seres incompletos e dependentes, tem que existir, necessariamente, um ser que é completo e independente, um ser perfeito, Deus. Descartes estabelece a existência de Deus para justificar a confiança nas nossas capacidades racionais. Está clara a importância de se provar a existência de Deus no sistema cartesiano, afinal, somente quando a *Res Infinita*⁸ é provada que podemos ter a certeza de todas as demais coisas.

Considerações finais

⁸ Coisa infinita.

De tudo isso, podemos concluir que, a prova da existência de Deus, alcançada por meio do princípio de causalidade, é extremamente importante na filosofia cartesiana, pois somente através da existência de Deus é que as outras provas existenciais podem ser asseguradas. Com o alcance e o reconhecimento da existência de Deus podemos chegar à conclusão de que existe algo fora da mente finita e de que a *Res Cogitans* não existe sozinha no mundo.

O princípio de causalidade é um elemento fundamental no contexto das *Meditações*, pois é através da sua aplicação que podemos alcançar a prova mais importante do sistema cartesiano: a prova da existência de Deus, o ser perfeito e infinito, que garante a verdade não só da *Res Cogitans*, mas também do mundo exterior.

Referências

- DESCARTES, R. *Meditações metafísicas*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 155 p. (Clássicos).
- SCRIBANO, E. *Guia para leitura das Meditações metafísicas de Descartes*. Tradução de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Loyola, 1997. 197 p.
- ALQUIÉ, F. *A filosofia de Descartes*. 3ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1993. 148 p.
- OLIVEIRA, F. P. *As diferentes formulações do princípio de causalidade nas Meditações Metafísicas e sua aplicação em contextos específicos do sistema cartesiano*. 2011. 75 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia – Lógica e Metafísica) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- ROCHA, E. M. *Princípio de causalidade, existência de Deus e existência de coisas externas*. Cadernos de História e Filosofia da Ciência, Campinas, vol. 10, n. 1, p.7-30, 2000.
- JAPIASSÚ, H. e MARCONDES, D. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 212 p.